

Log & Print Gráfica e Logística S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2014 e Relatório
dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Log & Print Gráfica e Logística S.A.
Vinhedo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Log & Print Gráfica e Logística S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

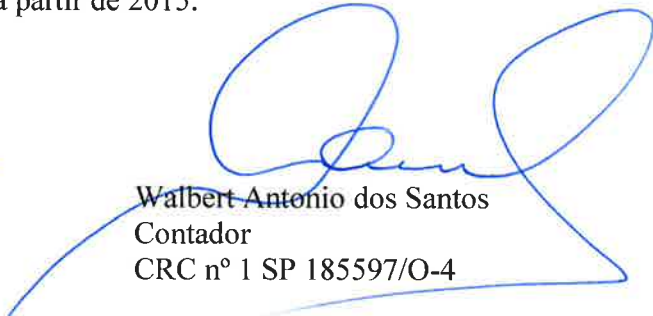
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Log & Print Gráfica e Logística S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativas nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Sociedade incorreu no prejuízo de R\$28.315 mil em 31 de dezembro de 2014 (R\$42.060 mil em 2013), dos quais R\$7.103 são referentes a provisão para desvalorização de ágio contabilizado em 2014, conforme nota explicativa nº 9, e que, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$10.491 mil (R\$46.801 mil em 2013). Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na nota explicativa nº 1, indicam a existência de deficiências operacionais e financeiras que estão sendo alvo de alterações pela Administração da Sociedade no sentido de reverter a situação atual. Conforme comentado nas notas explicativas 1 e 16 às demonstrações financeiras, a Sociedade registrou operação de capitalização e aporte de novos recursos dos acionistas, utilizados para a liquidação de dívidas de curto prazo no montante de R\$27.264 mil, bem como deu sequência aos planos que estão sendo implementados, com ações operacionais e financeiras já aprovadas pelos acionistas, que objetivam a recuperação das operações, da lucratividade e da geração de caixa a partir de 2015.

Campinas, 20 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Walbert Antonio dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 185597/O-4

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2014	2013	<u>PASSIVO</u>	Nota explicativa	2014	2013
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.121	3.401	Fornecedores	10	45.779	28.459
Contas a receber	4	39.078	27.236	Empréstimos e financiamentos	11	13.972	12.045
Estoques	5	23.583	19.587	Debêntures	12	2.092	45.150
Impostos a recuperar	6	543	1.041	Salários, férias e encargos sociais a pagar		4.822	5.800
Outras contas a receber		1.901	878	Impostos e contribuições a recolher		1.799	800
Total do ativo circulante		67.226	52.143	Parcelamento de impostos	14	235	1.161
				Adiantamento de clientes		2.891	883
				Outras contas a pagar		6.127	4.646
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		77.717	98.944
Outros		648	648				
Imobilizado	8	105.453	113.542	NÃO CIRCULANTE			
Intangível	9	98.451	105.637	Empréstimos e financiamentos	11	35.702	43.101
Total do ativo não circulante		204.552	219.827	Debêntures	12	39.269	7.149
				Parcelamento de impostos	14	1.451	4.105
				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15	987	968
				Total do passivo não circulante		77.409	55.323
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
				Capital social		187.027	159.763
				Prejuízos acumulados		(70.375)	(42.060)
				Total do patrimônio líquido		116.652	117.703
TOTAL DO ATIVO		<u>271.778</u>	<u>271.970</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>271.778</u>	<u>271.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	188.829	155.233
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	18	(175.885)	(153.697)
LUCRO BRUTO		<u>12.944</u>	<u>1.536</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	18	(12.424)	(12.719)
Despesas com vendas	18	(6.515)	(7.742)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(8.751)	(2.493)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(14.746)</u>	<u>(21.418)</u>
RESULTADO FINANCEIRO:			
Receitas financeiras	20	1.069	1.282
Despesas financeiras	20	(16.104)	(17.786)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(29.781)</u>	<u>(37.922)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Diferido	7	1.466	(4.138)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(28.315)</u>	<u>(42.060)</u>
PREJUÍZO POR MIL AÇÕES COMPONENTES DO CAPITAL SOCIAL AO FINAL DO EXERCÍCIO - R\$	16	<u>(0,0638)</u>	<u>(0,0947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(28.315)	(42.060)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
PREJUÍZO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(28.315)</u>	<u>(42.060)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA
O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		198.189	-	(74.926)	123.263
Aumento de capital	16 a)	36.500	-	-	36.500
A integralizar	16 a)	27.264	(27.264)	-	-
Redução de capital para absorção de prejuízos acumulados	16 a)	(74.926)	-	74.926	-
Prejuízo do exercício		-	-	(42.060)	(42.060)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u>187.027</u>	<u>(27.264)</u>	<u>(42.060)</u>	<u>117.703</u>
Aumento de Capital	16 a)	-	27.264	-	27.264
Prejuízo do exercício		-	-	(28.315)	(28.315)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>187.027</u>	<u>-</u>	<u>(70.375)</u>	<u>116.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(28.315)	(42.060)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O PREJUÍZO DO EXERCÍCIO COM O CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Depreciação e amortização	18	10.151	9.071
Variação monetária e cambial		5.389	5.760
Valor residual do ativo permanente baixado	8	157	7.458
Perda por desvalorização de ágio	9	7.103	-
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	4	(237)	609
Provisão para perdas em estoque	5	68	(158)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	15	19	(231)
Provisão para não realização de impostos a recuperar		-	924
Juros sobre empréstimos		4.923	7.218
Reversão (constituição) de imposto de renda e contribuição social diferido	7	(1.466)	4.138
		<u>(2.208)</u>	<u>(7.271)</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ATIVOS OPERACIONAIS:			
Contas a receber		(11.605)	(10.784)
Impostos a recuperar		498	1.708
Estoques		(4.064)	(1.960)
Outras contas a receber		(1.023)	153
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS:			
Fornecedores		17.320	3.714
Salários, férias e encargos sociais a pagar		(978)	(296)
Impostos e contribuições a recolher		999	94
Adiantamento de clientes		2.008	883
Outras contas a pagar		<u>1.481</u>	<u>(1.102)</u>
		4.636	(7.590)
Juros pagos		(7.948)	(6.944)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(5.520)</u>	<u>(21.805)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado e de intangível	8	(2.136)	(20.639)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(2.136)</u>	<u>(20.639)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	16	27.264	36.500
Captação de empréstimos e financiamentos		1.467	50.757
Venda de debêntures em tesouraria	12	2.950	2.056
Emissão de debentures		30.000	40.055
Adesão a novos parcelamentos de impostos		1.488	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(11.725)	(55.735)
Pagamento de debêntures		(41.466)	(30.629)
Pagamento de parcelamentos de impostos		(3.602)	(1.631)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>6.376</u>	<u>41.373</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.280)</u>	<u>(1.071)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		3.401	4.472
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS NO FINAL DO EXERCÍCIO		<u><u>2.121</u></u>	<u><u>3.401</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LOG & PRINT GRÁFICA E LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Log & Print Gráfica e Logística S.A. (“Sociedade”), com sede na cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, tem como atividade principal a impressão de revistas, livros e catálogos para os mercados nacional e internacional.

Estratégias Operacionais e Financeiras

Entre abril de 2011 a dezembro de 2013, a Sociedade realizou diversos investimentos produtivos, cujo montante aproximado foi de R\$100.000, que além de modernizar o parque produtivo, aumentou a capacidade de produção da Sociedade em 70%. Os investimentos foram focados em impressão em 2011 e 2012, e em acabamento em 2013.

Os fortes investimentos em capacidade produtiva, flexibilidade de produção e na estrutura comercial, combinados com uma política de redução de gastos e do aumento de 22% no faturamento de 2014 em comparação ao de 2013 (37% no faturamento de 2013 em comparação ao de 2012), resultaram na melhoria das margens brutas, culminando na redução do prejuízo operacional, em 2014, de 129% na comparação do mesmo período do ano anterior.

Também contribuíram para uma melhoria dos indicadores econômicos da Sociedade, a capitalização em dinheiro feita pelos acionistas e a reestruturação das dívidas, principalmente das debentures, que já resultaram em uma redução dos custos financeiros, bem como uma importante mudança do perfil da dívida e dos prazos de pagamentos.

Nos próximos anos, a consolidação das novas práticas comerciais, que incluem um aumento de participação no segmento de embalagens, e conseqüentemente um aumento do volume e faturamento de vendas, a política de contenção de gastos, e os projetos de produtividade serão os pilares da Sociedade para continuar a melhoria dos resultados, com conseqüente recuperação dos investimentos realizados nos últimos anos e retomada da lucratividade.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustados a valor presente, quando aplicável e relevante. Quando julgado necessário e a critério da Administração, é constituída provisão para devedores duvidosos em montante suficiente para cobrir prováveis perdas na sua realização.

c) Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e/ou de produção e seus valores de realização. Os estoques são avaliados pelo custo médio.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de embalagem, matéria prima, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

d) Imobilizado

Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação, acrescido de juros capitalizados incorridos durante a fase de implantação das novas máquinas e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações da Sociedade, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da capacidade de recuperação dos ativos de vida longa e determinar o tamanho dessa perda.

O montante recuperável corresponde ao valor justo menos os custos da alienação ou o valor de uso, dos dois o maior. Na avaliação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente do tempo, valor do dinheiro e riscos específicos para o ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for calculado para ser menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução no valor recuperável (“impairment”) é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor recuperável pode aumentar no futuro requerendo um estorno da perda por “impairment” reconhecida no passado. Quando a perda por “impairment” é revertida subsequentemente, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por “impairment” tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por “impairment”, se houver, é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Intangível

f.1) Direitos de uso de software:

Avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de amortização acumulada. A amortização é reconhecida com base na estimativa de rentabilidade futura do ativo pelo método linear, a qual é revisada no final da data do balanço patrimonial e o efeito de qualquer mudança nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

f.2) Ágios (incorporação):

Ágio decorrente da aquisição de empresas, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, estes são avaliados com base em análises preparadas pela Administração quanto à existência ou não de perdas permanentes, a partir de projeções de resultados futuros (“impairment”).

g) Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Especificamente, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários estão registrados de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

h) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data dos balanços. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios.

i) Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

i.1) Impostos correntes

A provisão para estes tributos é calculada e registrada a partir de sua base tributável relativa a cada exercício, ajustada na forma legal. A provisão é calculada à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% excedente a R\$240 (imposto de renda) e à alíquota de 9% (contribuição social). A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

i.2) Impostos diferidos

Constituídos, quando aplicável, sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias existentes entre a apuração de resultados societários e fiscais e são reduzidos de eventual provisão para realização, determinada em função da expectativa de apuração de resultados futuros tributáveis, de acordo com as projeções disponíveis.

j) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer da Administração da Sociedade o uso de estimativas, julgamentos e pressuposições para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua realização, podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a registro de provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, perdas nos estoques, vida útil dos ativos, amortização do intangível, provisão para passivos trabalhistas e recuperação dos ativos de longo prazo (“impairment”). As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

k) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Sociedade transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Sociedade não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Sociedade.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

l) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Sociedade e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício, conforme nota explicativa nº 16.

n) Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) investimentos mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (d) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Sociedade na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e outras e os depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Sociedade considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado com até 90 dias a partir da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Sociedade colocará em prática tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Alterações à IFRS 11 - Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 - Combinações de negócios.	(a)

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Alterações a IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(c)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações ao IFRS acima mencionadas ainda não foram emitidos pelo CPC. No entanto, devido ao compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") em manter o conjunto de normas emitido com base nas atualizações e modificações realizadas pelo IASB, espera-se que as alterações e modificações serão emitidas pelo CPC e aprovados pelo CFC a partir da data de entrada em vigor. A administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas, mas na opinião da administração, ter impacto significativo sobre o resultado ou do patrimônio líquido revelado pela Sociedade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	138	704
Aplicações Financeiras	<u>1.983</u>	<u>2.697</u>
	<u>2.121</u>	<u>3.401</u>

As aplicações financeiras são representadas por operações de renda fixa, com remuneração que podem chegar até 90,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, dependendo do tempo em que os recursos ficam aplicados.

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber de terceiros	42.451	30.846
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.373)</u>	<u>(3.610)</u>
	<u>39.078</u>	<u>27.236</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
A vencer	37.523	27.002
Vencidas há 30 dias	1.256	931
Vencidas de 31 a 60 dias	408	639
Vencidas de 61 a 90 dias	126	446
Vencidas acima de 91 dias	<u>3.138</u>	<u>1.828</u>
Total	<u>42.451</u>	<u>30.846</u>

Parte das contas a receber vencidas é objeto de acordos para recebimento parcelado.

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	3.610	3.001
Provisão	2.158	2.369
Reversão	<u>(2.395)</u>	<u>(1.760)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.373</u>	<u>3.610</u>

5. ESTOQUES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matérias-primas e outros insumos	17.847	13.572
Produtos em elaboração	4.883	5.258
Produtos acabados	965	801
Provisão para perdas de estoque	<u>(112)</u>	<u>(44)</u>
	<u>23.583</u>	<u>19.587</u>

A movimentação da provisão para perdas no estoque é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Saldo no início do exercício	44	202
Complemento	68	-
Reversão/ baixa	<u>-</u>	<u>(158)</u>
Saldo no final do exercício	<u>112</u>	<u>44</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ICMS CIAP	749	1.233
IPI	381	2.312
ICMS	6	616
Outros	37	36
Provisão para não realização de IPI	-	(1.885)
Provisão para não realização de ICMS	<u>(630)</u>	<u>(1.271)</u>
Total	<u>543</u>	<u>1.041</u>

A Sociedade possui o direito ao crédito do valor do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado a ser apropriado em 1/48 ao mês. Como a maior parte de suas vendas é de papéis imunes e não há incidência do ICMS na saída, não é possível o aproveitamento do crédito dentro do prazo previsto pela legislação. Com base em projeções futuras, a Sociedade estimou que, para os anos subsequentes, não aproveitará parte do saldo dos créditos existentes e, portanto, do montante total de provisão de 2013 no valor de R\$1.271, o montante de R\$641 foi baixado devido a sua não utilização no prazo previsto dentro do exercício de 2014, e uma outra parte no montante de R\$630 remanesceu como provisão de não aproveitamento desses créditos em 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade vinha se creditando do IPI decorrente da aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, aplicados na industrialização de produtos que possuem saídas imunes. Tais créditos ainda não eram utilizados, uma vez que a Sociedade estava discutindo judicialmente este assunto, pleiteando o direito aos mesmos. Conforme os assessores jurídicos da Sociedade, foi publicada sentença que concedeu a segurança confirmando o direito a este crédito, porém tal sentença ainda não era definitiva. Porém, em 2014, a Sociedade perdeu a liminar em 2º instância, e, portanto, baixou o montante de R\$1.885 referente a provisão de 2013 contra o saldo remanescente do ativo de impostos a recuperar, em novembro de 2014 e parou de constituir tal crédito nas entradas de seus produtos, não requerendo mais provisão.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(28.315)	(28.315)	(37.992)	(37.992)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Diferenças permanentes e temporárias:				
Provisão de riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(2.231)	(2.231)	1.120	1.120
Reversão de provisão para bônus e participação nos lucros	22	22	(23)	(23)
Variação cambial	2.882	2.882	4.406	4.406
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	(237)	(237)	609	609
Provisão para impostos a pagar	280	(5)	307	12
Amortização do ágio	(10.641)	(10.641)	(10.641)	(10.641)
Outros	620	620	(419)	(587)
Prejuízo fiscal do ano	<u>(37.620)</u>	<u>(37.905)</u>	<u>(42.633)</u>	<u>(43.096)</u>
Alíquota Imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Total Imposto de renda e contribuição social	9.405	3.411	10.658	3.879

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Total Imposto de renda e contribuição social composto por:				
Corrente	-	-	-	-
Diferido	<u>12.816</u>		<u>14.537</u>	
Provisão Imposto de renda e contribuição social do ano (i)	<u>(12.816)</u>		<u>(14.537)</u>	
Total do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-		-	
Constituição de impostos de renda e contribuição social diferidos para liquidação de parcelamento referente a Lei 12.996/14 (ii)		<u>1.466</u>		
Efeitos da reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos de anos anteriores (iii)				<u>(4.138)</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$456.798 (R\$396.945 em 2013), que não possui prazo de prescrição e pode ser recuperável à medida que a Sociedade passe a gerar resultado suficiente para sua compensação, limitado a 30% das bases tributáveis a cada ano. Em 2014 e 2013 não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos tendo em vista que as projeções de resultados tributáveis de curto prazo ainda não demonstram, de forma segura, uma clara e consistente recuperação desses créditos.
- (ii) Em novembro de 2014, a Sociedade aderiu a Lei 12.996/14, regulamentada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13, liquidando o parcelamento de débitos federais. Do total do parcelamento em aberto, 30% do valor total foi pago à vista e o restante através de créditos fiscais sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$1.466.
- (iii) Em 2013, a Sociedade aumentou a reserva constituída sobre o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, resultando em uma reversão para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$4.138, tendo em vista que as projeções de resultados tributáveis de curto prazo ainda não demonstram, de forma segura, uma clara e consistente recuperação desses créditos, mantendo-se a mesma perspectiva para o ano de 2014.

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória – MP 627, convertida na Lei 12.973 aprovada em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória – RTT. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2014.

A Administração da Sociedade decidiu sobre a não adoção antecipada desta Lei, para o exercício de 2014.

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2014			2013
		Custo	Depreciação acumulada	Total líquido	Total líquido
Benfeitoria imóveis de terceiros	4,00	11.656	(590)	11.066	11.279
Máquinas, equipamentos e instalações	10,48	191.876	(99.803)	92.073	100.083
Computadores e periféricos	15,87	5.937	(5.396)	541	606
Outros	14,17	3.147	(1.868)	1.279	1.400
Imobilizações em andamento	-	494	-	494	174
Total		<u>213.110</u>	<u>(107.657)</u>	<u>105.453</u>	<u>113.542</u>

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é como segue:

<u>Custo</u>	<u>Benfeitoria em imóveis de terceiros</u>	<u>Máquinas, equipamentos e instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012	-	180.125	5.593	11.881	2.599	200.198
Aquisições	690	2.952	235	15.988	727	20.592
Baixas	-	(1.924)	-	(7.314)	(221)	(9.459)
Transferências	<u>10.705</u>	<u>9.745</u>	-	<u>(20.381)</u>	<u>(69)</u>	-
Em 31 de dezembro de 2013	11.395	190.898	5.828	174	3.036	211.331
Aquisições	261	1.251	112	320	116	2.060
Baixas	-	(273)	(3)	-	(5)	(281)
Em 31 de dezembro de 2014	<u>11.656</u>	<u>191.876</u>	<u>5.937</u>	<u>494</u>	<u>3.147</u>	<u>213.110</u>

<u>Depreciação</u>	<u>Benfeitoria em imóveis de terceiros</u>	<u>Máquinas, equipamentos e instalações</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Imobilizações em andamento</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012	-	(84.219)	(5.072)	-	(1.571)	(90.862)
Adições	(116)	(8.503)	(150)	-	(159)	(8.928)
Baixas	-	<u>1.907</u>	-	-	<u>94</u>	<u>2.001</u>
Em 31 de dezembro de 2013	(116)	(90.815)	(5.222)	-	(1.636)	(97.789)
Adições	(474)	(9.110)	(176)	-	(232)	(9.992)
Baixas	-	<u>122</u>	<u>2</u>	-	-	<u>124</u>
Em 31 de dezembro de 2014	<u>(590)</u>	<u>(99.803)</u>	<u>(5.396)</u>	-	<u>(1.868)</u>	<u>(107.657)</u>

Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2013	11.279	100.083	606	174	1.400	113.542
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2014	11.066	92.073	541	494	1.279	105.453

Em 2014, a Sociedade fez a avaliação da vida útil do ativo imobilizado e não identificou aspectos que mudassem a expectativa avaliada em 2013.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade procedeu à avaliação de possibilidade de recuperação desses ativos, através de análise de fluxo de caixa descontado, contendo projeções de 5 anos mais a perpetuidade, aprovadas pela administração, as quais demonstraram não existir evidências de necessidade de constituição de qualquer ajuste de recuperação na data do balanço.

9. INTANGÍVEL

	2014			2013	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Perda por desvalorização</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Ágio de incorporação de investimentos incorporados (a)	105.008	-	(7.103)	97.905	105.008
Software	2.458	(2.019)	-	439	522
Marcas e Patentes	<u>107</u>	-	-	<u>107</u>	<u>107</u>
Total	<u>107.573</u>	<u>(2.019)</u>	<u>(7.103)</u>	<u>98.451</u>	<u>105.637</u>

(a) Ágio decorrente da diferença, quando da aquisição, entre o patrimônio líquido da Sociedade e o valor pago pela antiga controladora incorporada Log & Print Participações. Em função da incorporação da Log & Print Participações pela Sociedade, o referido ágio passou a ser registrado no intangível da Sociedade incorporadora.

Ágio inicialmente registrado na Honiara SP Participações S.A. (“Honiara”) decorrente da diferença, quando da aquisição, entre o patrimônio líquido da sociedade Log & Print Serviços Gráficos Ltda. E o valor pago por ela. Em função da incorporação da Honiara pela Log & Print Serviços Gráficos Ltda. Em novembro de 2010, o ágio passou a ser registrado no intangível desta última. Em abril de 2011, com a incorporação da Log & Print Serviços Gráficos Ltda. Pela Sociedade, o ágio registrado naquela empresa foi também incorporado ao intangível da Sociedade incorporadora.

Os ágios foram parcialmente amortizados até 2008, conforme normas contábeis vigentes à época. A partir de 2009, a Sociedade cessou a amortização contábil desse ágio, passando a avaliá-lo pela regra do “impairment”.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade procedeu à avaliação da possibilidade de recuperação desses ativos, através de análise de fluxo de caixa descontado, contendo projeções de 5 anos mais a perpetuidade, aprovadas pela Administração, as quais demonstraram existir evidências de necessidade de constituição de ajuste de recuperação na data do balanço.

O montante da perda por impairment foi mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original de 15,09% dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo foi reduzido e o valor não recuperável foi reconhecido na demonstração do resultado no montante de R\$7.103. O montante não recuperável refere-se, principalmente, ao ágio relacionado ao segmento de serviços gráficos para produção de manuais técnicos, adquiridos de terceiros em anos anteriores. Essa perda apurada foi proveniente da queda de 7% do faturamento bruto de 2014, em relação ao ano anterior, de manuais técnicos produzidos pela Sociedade para o segmento automotivo, e a perspectiva de redução nas vendas do setor automobilístico para os anos seguintes, sem perspectivas de recuperação.

10. FORNECEDORES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores nacionais	42.918	27.840
Fornecedores internacionais	<u>2.861</u>	<u>619</u>
	<u>45.779</u>	<u>28.459</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Financiamento para aquisição de imobilizado -					
Em moeda estrangeira:					
Leasing Muller Tempo	8% a.a. +15% IR	Próprio Equipamento adquirido no valor contábil de R\$14.063	Pagamentos semestrais com vencimento final em 04/2014	-	680
Leasing Sunday 2000	3,74% a.a.+ Libor 6M + 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de R\$3.340 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 03/2018	1.759	1.994
Leasing Heidelberg XL	3,74% a.a.+ Libor 6M+ 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de R\$6.577 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 02/2018	4.703	5.332
Leasing Shirink	5,10% a.a. + Libor 6M% + 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de R\$2.043 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 09/2015	691	1.218
Leasing Gammerler	4,70% a.a.+ Libor 6M + 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de R\$1.460 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 11/2018	2.560	2.820
Leasing Sunday 4000	3,74% a.a.+ Libor 6M + 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de US\$20.600 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 10/2018	25.427	28.013
Leasing Corona	4,60%aa + Libor 6M + 15% IR	Equipamento adquirido no valor contábil de Franco2.311 + Aval de acionista	Pagamentos semestrais com vencimento final em 07/2018	5.429	5.983
Financiamento para aquisição de imobilizado -					
Em moeda nacional:					
Financiamento construção civil – BNDES	TJ462 + Cesta Dolar/TJ462	Aval de acionista + S4000 + M600	Carência trimestral e amortização mensal com vencimento 02/2020	5.614	6.496
Leasing – Bobst	8,70% a.a.	Equipamento adquirido no valor contábil de R\$2.588	Pagamentos semestrais com vencimento final em 08/2021	1.698	1.952
Leasing Hyster S120	1,202% a.m.	Aval de acionista	Pagamentos mensais com vencimento em 05/2015	28	89

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Garantias</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Leasing Água Gelada	1,202% a.m.	Aval de acionista	Pagamentos mensais com vencimento em 05/2015	60	192
Leasing Empilhadeiras	1,18% a.m.	Aval de acionista	Pagamentos mensais com vencimento em 01/2016	100	182
Leasing Servidor/Software	1,04% a.m.	Não há	Pagamentos mensais com vencimento final em 12/2015	10	-
- Finame STI	3,00% a.a.	Aval de acionista	Pagamento mensais com vencimento final em 01/2018	54	71
- Finame Push Back	3,00% a.a.	Aval de acionista	Pagamento mensais com vencimento final em 01/2018	93	124
Capital de giro	CDI + 3,00% a.a.	Títulos	Vencimento final em 02/2015	<u>1.448</u>	-
Total				<u>49.674</u>	<u>55.146</u>
Passivo circulante				13.972	12.045
Passivo não circulante				35.702	43.101

Não existem cláusulas restritivas (covenants), para os empréstimos e financiamentos acima demonstrados.

Bens dados em garantia

A Sociedade possui bens do ativo imobilizado no valor líquido de R\$54.984 (R\$59.868 em 2013) dados em garantia aos empréstimos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2014</u>
2016	11.719
2017	11.499
2018	10.544
2019	1.337
2020	434
Após 2020	<u>169</u>
Total	<u>35.702</u>

12. DEBÊNTURES

<u>Debêntures</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Pagamentos dos juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>2014</u>		<u>2013</u>	
					<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
1ª emissão	4.056	IPCA + 9% ao ano	Anual	Dez parcelas anuais a partir de 2014	777	3.245	802	3.651
1ª emissão	2.013	IPCA + 9% ao ano	Anual	Dez parcelas anuais a partir de 2014	1.315	5.495	768	3.498
3ª emissão	40.000	CDI + 2% a.a.	No vencimento 20/02/2014	No vencimento 20/02/2014	-	-	43.580	-
4ª emissão	30.000	CDI + 3% a.a.	No vencimento 14/11/2016	No vencimento 14/11/2016	-	<u>30.529</u>	-	-
					<u>2.092</u>	<u>39.269</u>	<u>45.150</u>	<u>7.149</u>

A Sociedade emitiu debêntures em 2008, cujos principais eventos relacionados, cronologicamente, são os seguintes:

- (i) Em 15 de abril de 2008, a parte relacionada à época, Globo Comunicação e Participações S.A. (os acionistas Eudaimonia Participações S.A., Imagina Participações S.A., Abaré Participações S.A. e Cardeiro Participações S.A., que detinham juntos 27,39% do capital da Sociedade, são também acionistas indiretos da Globo Comunicação e Participações S.A.), adquiriu a totalidade das 37.000 debêntures de emissão privada da Sociedade.

- (ii) Em 4 de julho de 2009, a Sociedade efetuou resgate antecipado e parcial da emissão original, de 18.482 debêntures, as quais foram, à época, mantidas em tesouraria.
- (iii) Em 7 de julho de 2010, a parte relacionada Companhia BFC Administradora de Bens S.A. (empresa controlada indiretamente por alguns membros do conselho de administração da Sociedade) adquiriu o saldo de 18.518 debêntures ainda detidas pela Globo Comunicação e Participações S.A., bem como adquiriu da Sociedade 2.482 debêntures que ainda se encontravam em tesouraria. Com estas aquisições, a Companhia BFC Administradora de bens S.A., passou a ser a detentora do total de 21.000 debêntures da Sociedade.
- (iv) Em 31 de agosto de 2011, foi vendida a participação da Bavya Empreendimentos e Participações Ltda. em troca de debêntures no montante de R\$17.826.
- (v) Em 16 de março de 2012 a Sociedade vendeu 925 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$1.051.
- (vi) Em 5 de setembro de 2012 a Sociedade vendeu 1.088 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$1.146.
- (vii) Em 5 de março de 2013 a Sociedade vendeu 961 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$1.100.
- (viii) Em 8 de março de 2013, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a terceira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação no montante de 40.000 debêntures. Os recursos obtidos pela Sociedade por meio dessa terceira emissão foram destinados para o pagamento das debêntures da segunda emissão que venceram em 1º de fevereiro de 2013.
- (ix) Em 5 de setembro de 2013 a Sociedade vendeu 913 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$956.
- (x) Em 12 de março de 2014 a Sociedade vendeu 792 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$900.
- (xi) Em 24 de março de 2014 a Sociedade vendeu 1.161 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$1.050.
- (xii) Em 6 de novembro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a quarta emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação no montante de 30 debêntures com valor de R\$1.000 cada. Os recursos obtidos pela Sociedade por meio dessa quarta emissão foram destinados para o pagamento em 14 de novembro de 2014 do mutuo com partes relacionadas no valor de R\$25.397.
- (xiii) Em 10 de novembro de 2014 a Sociedade vendeu 1.029 debêntures da primeira emissão que estavam em tesouraria a Bavya Empreendimentos pelo valor de R\$999.

A Sociedade mantém em tesouraria 26.075 debêntures (29.057 em 2013) referentes à primeira emissão.

As debêntures não são conversíveis em ações e o contrato de emissão não prevê garantias.

As cláusulas restritivas que possam gerar antecipação de seu pagamento, vem sendo atendidas pela Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>2014</u>
2016	31.621
2017	1.092
2018	1.092
2019	1.093
2020	1.093
Após 2020	<u>3.278</u>
Total	<u>39.269</u>

13. PARTES RELACIONADAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures - passivo circulante e passivo não circulante:		
Companhia BFC Administradora de Bens S.A. (vide nota explicativa no 12)	<u>4.022</u>	<u>4.453</u>
Juros e correção monetária sobre as Debêntures	<u>1.409</u>	<u>1.085</u>

Remuneração aos administradores

Os montantes pagos aos Administradores em 2014 foram R\$2.103 (R\$1.930 em 2013) considerando os encargos decorrentes.

De acordo com a legislação societária brasileira e de acordo com o estatuto social da Sociedade, é responsabilidade dos acionistas fixar e aprovar em Assembleia o montante global da remuneração anual dos administradores.

Além da operação com debêntures acima, a Sociedade possui ainda despesas com aluguel de imóveis, cujos valores totais pagos em 2014 montaram em R\$2.734 (R\$2.633 em 2013).

14. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Parcelamento Lei 11.941/09 (a)	364	4.591
Parcelamento ICMS (b) e (c)	-	675
Parcelamento Lei 12.996/14 (d)	<u>1.322</u>	<u>-</u>
	<u>1.686</u>	<u>5.266</u>
Passivo circulante	235	1.161
Passivo não circulante	1.451	4.105

(a) Em setembro de 2009 a Sociedade solicitou adesão ao programa de parcelamento de débitos federais instituído pela Lei 11.941/09 (REFIS IV), visando parcelar os débitos que se encontravam em aberto perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O saldo em aberto referente a este parcelamento em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$364 (R\$756 em 2013).

Em 30 de junho de 2011 a Sociedade protocolou a adesão ao programa de parcelamento de débitos federais, instituído pela Lei 11.941/09, visando parcelar os débitos que se encontravam em aberto perante a Receita Federal do Brasil (RFB). O saldo em aberto referente a este parcelamento totalizava R\$3.835 em 31 de dezembro de 2013 e em novembro de 2014 a Sociedade aderiu ao Refis através da Lei 12.996/14, liquidando o montante deste parcelamento, com desconto, através do pagamento de 30% a vista e o restante, através da utilização de créditos sobre prejuízos fiscais para liquidar o saldo remanescente, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

- (b) Em novembro de 2011 foi solicitado parcelamento de ICMS referente ao Auto de Infração de número 3.155.458-1, em 36 parcelas. O saldo referente a este parcelamento foi inteiramente liquidado em 2014 (R\$395 em 2013).
- (c) Em julho de 2012 foi feito um parcelamento de débito de ICMS em GIA em 24 parcelas. O saldo referente a este parcelamento foi inteiramente liquidado em 2014 (R\$280 em 2013).
- (d) Em novembro de 2014 a Sociedade optou por incluir no parcelamento criado pela Lei 12.996/14 os débitos em aberto referentes ao IPI. Com a adesão, a Sociedade obteve desconto de 60% nas multas e 25% nos juros devidos. O saldo em aberto referente a este parcelamento em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$1.322.

A Sociedade está adimplente com todos os parcelamentos divulgados acima.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Sociedade possui processos judiciais em andamento, referentes a questões trabalhistas e contestação do recolhimento de tributos, taxas e contribuições, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial. A Administração da Sociedade, juntamente com seus consultores jurídicos, avalia o risco envolvido em cada caso, sendo constituída provisão para as perdas consideradas prováveis.

A composição da provisão e sua movimentação até 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	<u>2013</u>	<u>Adições</u>	Reversões/ <u>baixas</u> (d)	<u>2014</u>
Tributária (a)	1.730	-	(519)	1.211
Trabalhista (b)	1.637	400	(688)	1.349
Cível (c)	1.644	128	-	1.772
Depósitos judiciais	<u>(4.043)</u>	<u>(433)</u>	<u>1.131</u>	<u>(3.345)</u>
	<u>968</u>	<u>95</u>	<u>(77)</u>	<u>987</u>
	<u>2012</u>	<u>Adições</u>	Reversões/ <u>baixas</u>	<u>2013</u>
Tributária (a)	1.327	403	-	1.730
Trabalhista (b)	2.271	888	(1.522)	1.637
Cível (c)	1.644	-	-	1.644
Depósito judicial	<u>(3.453)</u>	<u>(606)</u>	<u>16</u>	<u>(4.043)</u>
	<u>1.789</u>	<u>685</u>	<u>(1.506)</u>	<u>968</u>

- (a) O principal processo tributário em discussão judicial refere-se à necessidade ou não de se recolher ICMS sobre certos equipamentos importados, cujo valor envolvido é de R\$1.210, o qual foi depositado em juízo no seu montante integral, na opinião dos assessores jurídico da Sociedade este processo é provável de perda e encontra-se integralmente provisionado.
- (b) Para fazer face às perdas prováveis com processos trabalhistas nos quais a Sociedade figura como ré, foi registrado o montante de R\$1.349 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.637 em 2013). As principais questões em litígio são as seguintes: (i) horas extras; (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iii) responsabilidade subsidiária decorrente de serviços prestados por terceiros. Os valores atribuídos a estas causas estão atualizados até 31 de dezembro de 2014.
- (c) Em 2012, foi constituído um complemento de provisão de R\$1.644, referente a discussões judiciais de valores a pagar a fornecedores da Sociedade. Em 25 de outubro de 2012 foi feito o bloqueio judicial de R\$1.644 registrado na rubrica “Depósito judicial”.
- (d) Em 2014 foi feito acordo de processos trabalhistas no montante de R\$200, reversão de provisão de processos com êxito no montante de R\$488 e baixa de depósitos judiciais no montante de R\$1.131 mil, desse montante, R\$610 são referentes a processos de natureza trabalhistas encerrados e R\$520 referentes a processo tributário em que foi dada ganho de causa ao fisco Federal.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

	2014		2013	
	Quantidade de ações	Participação (%)	Quantidade de ações	Participação (%)
Fundo de Investimento e Participações da Serra	381.115.378	85,85	386.922.457	87,16
Eudaimonia Participações S.A.	1.352.509	0,30	1.352.509	0,30
Imagina Participações S.A.	1.352.509	0,30	1.352.509	0,30
Abaré Participações S.A.	1.352.508	0,30	1.352.508	0,30
BFC Administradora de Bens S.A.	<u>58.762.422</u>	<u>13,24</u>	<u>52.955.343</u>	<u>11,93</u>
	<u>443.935.326</u>	<u>100,00</u>	<u>443.935.326</u>	<u>100,00</u>

Em 8 de maio de 2013, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento das ações, dividindo o capital social da Sociedade na proporção de 1.000 (mil) ações ordinárias sem modificação do montante do capital social.

Durante o ano de 2013, a Sociedade aumentou o capital no montante de R\$63.764, subscrito pelo Fundo de Investimento da Serra, dos quais R\$36.500 integralizados em 2013 e R\$27.264 integralizados em 2014, conforme abaixo:

- 08/05/13 R\$15.000 (Fundo de Investimento e Participações Serra).
- 20/09/13 R\$3.400 (BFC Administradora de Bens S.A.).
- 09/10/13 R\$3.800 (BFC Administradora de Bens S.A.).
- 25/10/13 R\$3.300 (Fundo de Investimento e Participações Serra).

- 11/11/13 R\$4.000 (Fundo de Investimento e Participações Serra).
- 18/11/13 R\$4.000 (Fundo de Investimento e Participações Serra).
- 16/12/13 R\$3.000 (Fundo de Investimento e Participações Serra).
- 11/02/14 R\$1.318 (VC Leblon).
- 18/02/14 R\$25.946 (Fundo de Investimento e Participações Serra).

Em 11 de fevereiro de 2014, o Fundo de Investimento e Participações Serra, cedeu sua participação de R\$5.807 para a VC Leblon.

Em 15 de agosto de 2014, a VC Leblon, cedeu sua participação de R\$5.807 para a BFC Administradora de Bens S.A.

Em 22 de outubro de 2013, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$74.926, para fins de absorção dos prejuízos acumulados, constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Prejuízo por ação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Prejuízo líquido do exercício	(28.315)	(42.060)
Média ponderada de ações durante o ano	443.935.326	345.419.395
Prejuízo básico e diluído por ação	(0,0638)	(0,0947)

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Sociedade não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação, razão pela qual, ambos são iguais.

Dividendos

Quando apurado lucro no exercício, é calculado o dividendo mínimo obrigatório de 25% e registrado como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser uma obrigação legal. A Assembleia Geral de Acionistas poderá deliberar por valores complementares de dividendos a distribuir.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de vendas	216.213	176.738
Impostos incidentes sobre vendas:		
COFINS	(16.322)	(13.344)
PIS	(3.544)	(2.897)
ICMS	(4.273)	(4.307)
ISSQN	(585)	(641)
Outros	(2.660)	(316)
Receita líquida de vendas	<u>188.829</u>	<u>155.233</u>

18. GASTOS POR NATUREZA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	118.627	94.331
Honorários com consultorias	6.201	5.064
Despesas com pessoal	46.284	55.730
Fretes	5.640	4.783
Depreciação e amortização	10.151	9.071
Despesas tributárias	157	135
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(237)	609
Honorários da administração	2.103	1.930
Outras despesas	<u>5.898</u>	<u>2.505</u>
Total	<u>194.824</u>	<u>174.158</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	175.885	153.697
Despesas com vendas	6.515	7.742
Gerais e administrativas	<u>12.424</u>	<u>12.719</u>
Total	<u>194.824</u>	<u>174.158</u>

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LIQUIDAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos com reestruturação (a)	1.912	2.335
Perda por desvalorização de intangível (b)	<u>7.103</u>	-
Outras (receitas) e despesas	<u>(264)</u>	<u>158</u>
Total	<u>8.751</u>	<u>2.493</u>

(a) Em linha com o descrito na nota explicativa 1, referente às estratégias operacionais e financeiras referente a política de redução de gastos, em 2014 a Sociedade efetuou mudanças com reestruturações no montante de R\$1.912 (R\$2.335 em 2013).

(b) Conforme comentários na nota explicativa 9.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	321	185
Juros diversos	689	344
Descontos obtidos	52	79
Variação monetária	-	665
Outras	<u>7</u>	<u>9</u>
Total	1.069	1.282
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(842)	(681)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.502)	(8.501)
Variação monetária dos parcelamentos	(266)	(480)
Despesas bancárias	(351)	(525)
Variação monetária	(6.131)	(6.940)
Outras	<u>(12)</u>	<u>(659)</u>
Total	<u>(16.104)</u>	<u>(17.786)</u>
Resultado financeiro	(15.035)	(16.504)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

a) Considerações gerais

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa: estão reconhecidos pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, os quais se aproximam do seu valor de mercado. Comentadas e apresentadas na nota explicativa 3.
- Contas a receber: comentadas e apresentadas na nota explicativa 4.
- Empréstimos e financiamentos e debêntures: comentados e apresentados nas notas explicativas 11 e 12.

b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade

Gestão do risco de capital

A Sociedade administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

<u>Contas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ATIVO		
Caixa e equivalentes de caixa	2.121	3.401
Contas a receber de clientes	<u>39.078</u>	<u>27.236</u>
	<u>41.199</u>	<u>30.637</u>
PASSIVO		
Contas a pagar a fornecedores	45.779	28.459
Financiamentos e empréstimos	49.674	55.146
Debêntures	<u>41.361</u>	<u>52.299</u>
	<u>136.814</u>	<u>135.904</u>

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Sociedade vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Sociedade monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Sociedade vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Sociedade adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI, por exemplo), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas (cenário provável), utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&FBOVESPA e/ou BACEN. Os efeitos esperados de despesas com juros líquidas das receitas financeiras das aplicações financeiras para o período de 12 meses, é como segue:

<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+50%)</u>
Juros a incorrer expostos a:			
Libor - taxas	4,60%	4,68%	4,89%
Total	1.850	1.884	1.967

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita). A Sociedade não possui contas a receber originadas por exportações e investimentos no exterior, o que significa dizer que não possui “hedge” natural. No entanto, para se proteger das oscilações cambiais, a Sociedade avalia a exposição cambial.

A Sociedade possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados basicamente por financiamentos de importação.

Em 31 de dezembro de 2014, o balanço patrimonial da Sociedade inclui contas denominadas em moeda estrangeira que, representam um passivo de R\$40.569 (R\$46.042 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um aumento ou redução de 25% e 50% na variação cambial esperada (cenário provável). A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do período de relatório para uma mudança de 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo está em moeda diferente da moeda do credor. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio líquido quando o Real é valorizado em 25% e 50% em relação à moeda em questão. Para uma desvalorização de 25% e 50% do Real em relação à moeda em questão, haveria um impacto igual e oposto no resultado e no patrimônio e os saldos apresentados a seguir seriam negativos.

<u>Variação cambial</u>	<u>Cenário atual (+ 10%)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
Variação cambial a incorrer expostos a:	2,9218	3,3203	3,9843
Moeda - US\$	4.057	10.143	20.284

- (a) Refere-se principalmente à exposição aos saldos a pagar em aberto mensurados em dólar norte-americano e franco suíço no final do exercício.

Risco liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Sociedade prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas notas explicativas 11 e 12.

Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira: as flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em dólar.

22. SEGUROS CONTRATADOS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes, pela Administração da empresa, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros existentes são relacionados aos veículos, equipamentos e imóveis utilizados nas operações.

Em 31 de dezembro de 2014, as coberturas de seguro são resumidas como seguem:

<u>Modalidade de Seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Riscos Nomeados	Riscos materiais	233.280
	Lucros cessantes	78.369

23. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade contribui como patrocinadora de um plano de previdência privada a seus funcionários, cuja estrutura é de contribuição definida para os benefícios de aposentadoria, renda por invalidez e pensão por morte. Referido plano é administrado pela Itaú Vida e Previdência, cujas reservas são atualizadas por meio de cálculos atuariais, visando identificar eventuais ajustes nos níveis de contribuições necessárias.

Compete à Sociedade o pagamento das contribuições e compete ao Itaú Vida e Previdência a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Sociedade. O plano tem as seguintes definições básicas:

- a) Benefícios: aposentadoria por sobrevivência, renda por invalidez e pensão ao cônjuge ou companheiro (a), reversível aos filhos menores, e pecúlio por morte.
- b) O benefício alvo de aposentadoria por sobrevivência no plano contratado na modalidade de contribuição definida será o resultado da transformação em renda do montante de reserva acumulada durante o período de contribuição ao plano.

Para o benefício alvo de aposentadoria o custeio do plano é de 1% do salário de participação por parte do participante e contra partida de 100% por parte da Sociedade. Para os demais benefícios o custeio é de responsabilidade da Sociedade em sua totalidade. As contribuições efetuadas pela Sociedade, incorridas com o plano, são levadas a débito do custo de produção e a despesas operacionais. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a contribuição da Sociedade totalizou R\$48 e R\$49, respectivamente.

24. COMPROMISSOS

Compromissos firmados com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 a Sociedade possui contrato de aluguel de imóvel com sua acionista indireta Bavya Empreendimentos e Participações Ltda. com vencimentos até agosto de 2016, atualizados pelo IGP-M. Os valores de aluguéis a serem pagos durante o ano de 2015 são de aproximadamente R\$2.867.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 20 de março de 2015.
